



# Sociologia e a esfera cultural contemporânea<sup>1</sup>

## Sociology and the contemporary cultural sphere

Edson Silva de Farias<sup>2</sup>  
nilos@uol.com.br

### Resumo

Neste ensaio, procura-se traçar um painel de como a complexidade própria às conexões e aos níveis de integração sociocultural, em uma escala de interdependências sócio-humanas tão alargadas, implica qualidades outras às circulações, aos encontros e cruzamentos culturais e civilizatórios. E, portanto, impacta não somente os contornos, teores e as dinâmicas da esfera cultural; igualmente, deflagra ondas reflexivas tendo por objeto os modos de cognição e os procedimentos de inferência analítica socioantropológicos ocupados dos processos de simbolização nas produções e usos de bens culturais.

**Palavras-chave:** Condicionantes, Sociologia, Esfera da Cultural Contemporânea, Interdependências.

### Abstract

This essay is intended to trace a panel showing how the complexity inherent to connections and sociocultural levels of integration, within a context of highly spread social-human interdependence, entails new qualities to circulations, to cultural and civilizational encounters and crossroads. Therefore, it not only impacts the overall shape, content and dynamics of the cultural sphere, but it equally triggers reflective waves aiming at modes of cognition and socio-anthropological analytical inference procedures concerned with symbolization processes in production and use of cultural goods.

**Keywords:** determinants, sociology, contemporary cultural sphere, interdependencies.

Ao longo deste ensaio, a proposta é examinar aspectos que entendemos incontornáveis aos interesses cognitivos da sociologia voltada à atualidade da esfera da cultura, para isto considerando as articulações entre agenciamentos, relações, processos e estruturas sócio-históricas e modalizações discursivas intelectuais. Nossa ponto de partida está na suspeita de que esses mesmos conteúdos decorrem da necessidade de redefinir a empiricidade daquilo nomeado por esfera cultural nas ciências sociais, em razão da extensão global adquirida pelo padrão moderno de socialidade e de condutas. Ou seja, pelo incremento vertiginoso na emergência e acomodação dos hábitos, costumes e instituições da modernidade pelo conjunto do planeta. Neste sentido, parece-nos que denominações como "cultura global" (Feathertone, 1990), "modernidade-mundo" (Ortiz, 2015), "cultura-mundo" (Lipovestsky e Serroy, 2011), ou mesmo "modernidade múltipla"/"múltiplas modernidades" (Eisenstadt, 2000; Eisenstadt et al., 2007), "modernidade líquida" (Bauman, 2001) e "outras mo-

<sup>1</sup> Uma versão preliminar deste texto foi apresentada à Mesa Redonda "Controvérsias sobre a contemporaneidade da esfera cultural" no 37º Encontro Anual da ANPOCS, em outubro de 2013. Este texto divulga resultados do projeto de pesquisa *Estilemas Artísticos no Ofício de Carnavalesco no Rio de Janeiro*, que conta com financiamento do CNPq, na modalidade de bolsa de produtividade em pesquisa (2014-2017).

<sup>2</sup> Universidade de Brasília. Departamento de Sociologia. Campus Darcy Ribeiro, Térreo. 70910-900, Brasília, DF, Brasil.

dernidades" (Dube e Benejee, 2011), entre outras, evocam e, de algum modo, objetivam taquigrafar conceitualmente essa extensividade. E, no mesmo diapasão, explicitam ou ao menos indicam os dilemas socioantropológicos inerentes aos modos de aproximação e tratamento da pauta de atributos dessa condição histórica contemporânea, no instante em que tanto tendências generalizantes quanto repositórios de singularidades étnico-históricas emergem mutuamente associadas. Dilemas intelectuais, sim, mas que gravitam em torno do nexo histórico-ontológico entre o "mesmo" e o "diverso" num quadro em que a tensão decorrente das interações conflituosas entre geopolítica e geocultural (Huntington, 1997; Wallerstein, 2007, p. 193-328) ressaltam a esfera da cultura como fórum cuja amplitude planetária afeta as escalas das abordagens das facetas múltiplas dos processos de simbolização.

Compartilhamos da concepção que identifica na esfera cultural uma topologia social (Weber, 1974, p. 379), isto é, uma forma social diferenciada por nela se repor continuadamente o problema em torno do sentido (isto é, significados, direções, valores, etc.). Ela se realiza, contudo, em campos cujas irreduzibilidades entre si dizem respeito aos diferentes níveis de autonomia relativa e profissionalização. Sobretudo, tais campos correspondem às distintas historicidades das sublimações de valores plasmadas nas respectivas racionalidades que subjazem os critérios de recrutamento e identificação dos elementos inscritos em suas órbitas e também nas crenças que os movem (Bourdieu, 2001, p. 120). Ao contrário da prerrogativa funcional-estruturalista, porém, ao falarmos de esfera da cultura contemporânea não estamos nos referindo a um arranjo normativo preestabelecido, apto a prescrever os limites das condutas humanas e, no mesmo andamento, designar desvios ao seu modelo e, assim, reiterar a própria territorialidade sistêmica. Respaldados no que Bauman (2001, p. 43) denomina de uma "matriz de permutações possíveis", entendemos essa esfera como dimensão sociohumana sempre tendente à totalização, mas permanecendo um esboço sujeito à conclusão em um devir interminável. Desde já a questão da própria diferenciação se impõe como um drama ao desenrolar dessa, à maneira de outras esferas da vida social, afinal mantém-se continuamente precária a definição dos seus conteúdos, na medida em que a qualidade mesma da sua natureza de forma e fator de formação das relações humanas se encontra em estado cambiante.

O trajeto de exposição realizado, neste ensaio, ocupa-se da importância adquirida pelo arranjo de aspectos que podemos sintetizar no seguinte argumento: a complexidade das conexões e dos níveis de integração sociocultural, numa escala de inter-

dependências sociohumanas tão alargadas, implica qualidades outras às circulações, aos encontros e cruzamentos culturais e civilizatórios. Novidade esta que suscita posições e dinâmicas também outras à permanência e atualização de unidades hermenêuticas que informam os exercícios compreensivos e explicativos. Em termos históricos, percebe-se, de um lado, a aceleração dos ritmos de circulação pressionando fronteiras geopolíticas, mas também simbólicas. De outro, o alcance das ecologias sociotécnicas de informação e comunicação contracena seja com a mutação ou emergência de outros formatos expressivos e gêneros culturais. Inseridos no escopo de mercados do simbólico e da comunicação, ambos os fatores deixam impressões nos regimes de práticas, mas também nos protocolos vigentes de autoria, além das repercussões nas proposições identitárias e nas autoimagens dos agrupamentos humanos. Ainda, o somatório desses elementos, mutuamente engendrados, coloca em xeque a evocação de fechamento normativo intrínseco à concepção de cultura amparada na ideia geopolítica de territórios, a qual se funda no modelo de parentesco da família extensa próprio à nação moderna.

A partir desta introdução, a argumentação estará dividida em duas partes. Na primeira é traçado um quadro das consequências não programadas do processo aqui denominado de universalização histórica da cultura. O objetivo é fazer cruzar em uma mesma constelação os elementos que, na condição de linhas de força, exercem pressão no sentido de inflar e onerar a esfera cultural, deixando em xeque os seus limites sistêmicos. No item seguinte, o que se examina são as reverberações desse mesmo quadro sobre as alterações nas prioridades empíricas e analíticas socioantropológicas, quando tratam dos temas da diferenciação e desdiferenciação sociocultural. Em particular, atenta-se a tendências resultantes da intercessão entre comodificação e processos de simbolização nos modos de conceber mecanismos contemporâneos de coordenação/regulação de relações sociais.

## Vicissitudes da dinâmica de universalização da cultura

À luz de uma perspectiva de longa duração, é possível vislumbrar a dinâmica sócio-histórica no seio da qual a expansão da modernidade, entendida como uma cultura histórica, regime de verdade e epistemologia, é protagonizada, a princípio, pelo binômio Estado-nação e mercado (Wagner, 2002), dando-se no compasso do advento e da evolução dos tantos sistemas culturais nacionais<sup>3</sup>. Em especial, depois da Segun-

<sup>3</sup> Esse argumento tem por pano de fundo a dinâmica sócio-histórica na qual a linha de continuidade é a tendência para expansão dos meios de troca (a unificação dos mercados) e a centralização da autoridade na lógica territorial geopolítica do ordenamento estatal-nacional. O século XIX europeu consistiu no ápice dessas direções, dispostas reciprocamente tensas na geometria de complementariedades que o conforma. Por isso, Polanyi (2000) enxerga no patamar decorrente do Tratado de Versalhes, em 1814, ao final das guerras napoleônicas, e rompido no advento da Primeira Guerra Mundial, um século depois, tanto o reinado da livre-regulação do mercado quanto o incremento das iniciativas de resistência a este frenete fluxo capitalista. Quer dizer, diante da autorregulação do capital, para o autor, ergueu-se a cidadela étnico-política do Estado-nação continental.

da Guerra Mundial, articulados à presença sempre maior de instâncias internacionais e transnacionais, estes sistemas têm impactado os nichos de grupos humanos e povos, ao fazer da cultura tanto um nome articulando um *a priori* cognitivo com a semântica elementar que informa os seus respectivos modos de ser e existir, igualmente a escritura que lhes viabiliza a apresentação pública. A consequência não programada dessa constelação de episódios é o que chamariam da dinâmica de universalização histórica do particular, ou seja, a inserção das noções de simbólico, simbolização e cultura como partes da condição humana. Incorporação está em que as três noções tanto se efetivam um meio de comunicação como uma forma conceitual pela qual são sintetizados conhecimentos. É sob uma e outra feição que, paulatinamente, adquirirá o *status* de direito inalienável da civilização humana. Não é demais concluir o quanto esse horizonte de instauração da questão do significado no mundo pensável, apto a ser expresso, manejado e tão celebrado nas figuras conceituais da diferença e da diversidade culturais, realiza-se no avanço formidável da consciência étnica e mediante os diversos processos de etnização já acionados e aqueles ora em curso (Bhabha, 1995). Elemento da esfera cultural, respaldado no imaginário do romantismo alemão, com sua aspiração de ciência apta para o equilíbrio da universalidade com a ênfase metódica na singularidade (Duarte, 2006, p. 19-31), o ramo da antropologia social se destaca por consistir, ao mesmo tempo, em um esforço de conhecimento da diversidade simbólica do mundo e um saber aplicado à formação dessas subjetividades coletivas e, ainda, na gestão dos seus patrimônios. Mas outras disciplinas do conhecimento científico ou não, em especial à crítica cultural e a teoria literária, também a literatura, entrosadas com diferentes escopos institucionais e dispondão de suportes técnicos distintos, igualmente, alcançaram importância no estabelecimento do mesmo horizonte, nos rastros da internacionalização dos sistemas universitários. Também sabemos o papel estratégico desempenhado no delineamento desse arranjo pelas mídias e

pelos mercados de bens simbólicos, seja em sua versão restrita e/ou ampliada – facetas da cinematografia são particularmente importantes a esse respeito, pois as visões de alteridades postas nas telas foram veementes na consagração de imagens etnocêntricas de um ocidente imperial ou trouxeram a recusa das caricaturas e exotismos reforçando estereótipos étnicos, de gênero, de sexo, entre outros (Shohat e Stam, 2006, p. 37-88; Morettin, 2015, p. 48-59)<sup>4</sup>. Resulta, hoje, na centralidade gozada pela cultura no cotidiano de tão vasto contingente da humanidade, algo que repercute no campo das ciências sociais, como observa Hall (1997, p. 1), no crédito cada vez maior concedido aos objetos relativos às identidades sociais, mas repercute igualmente na concepção mesma da epistemologia das nossas ciências.

Cabe lembrar, contudo, não estarmos diante de um movimento de mão única. Ao se inflar as consciências identitárias, regimes de práticas adquirem relevo e, de alguma maneira se autonomizam dos seus nichos originários e passam a pressionar as fronteiras estabelecidas da esfera de onde partiu os insumos à elaboração dessas autoimagens. É cabível dizer: as culturas redimensionam a esfera cultural; impõe-se ao singular (a cultura) abranger os plurais (as culturas), sem os esvaziar de seus teores, ao contrário, deve acentuar a diversidade entre eles. As pressões são no sentido desses ascendentes regimes de práticas expressivas comporem também esse espaço social da significação. Nas artes, nas ciências, nas literaturas, nas mídias, na gastronomia, enfim, por todos os campos culturais deflagram-se atitudes de periferias, tradicionalistas, pós-coloniais, mulheres, diversidades sexuais, indígenas, "loucos" num movimento de multiplicação e fragmentação, pelo menos a princípio, incessante, visando abrir compartimentos expressivos, redefinir regimes de autoria e protocolos de identificação de objetos artístico-culturais (ver, entre outros, McCaughey e Funck, 2003, p. 89-112; Zeni, 2004, p. 225-241; Takeuti, 2010, p. 13-26; Costa et al., 2010; Silva, 2014, p. 139-162; Frey, 2014; Mato, 2003; Goldstein,

<sup>4</sup> Emblemático, o filme anglo-canadense *Um Toque de Rosa* (*Touch of Pink*), lançado em 2004, sob a direção de Ian Iqbal Rachid, é ambientado na Londres contemporânea, em que o cromatismo multicultural e pós-colonial reveste o cenário da capital inglesa, atenuando mesmo apagando, os traços vitorianos da antiga "oficina do mundo" contornada por aquele cinzento tom austero-disciplinar da matriz cultural burguesa industrial. Na Londres pós-moderna vive Alim (Jimi Mistry). Nascido no Quênia, mas descendente de família paquistanesa, tendo sido criado em Toronto – Canadá. Muçulmano, ele divide apartamento com o namorado branco inglês Giles (Kristen Holden-Ried). Fotógrafo cinematográfico, Alim mantém diálogos envolvendo sua afetividade e rumos profissionais com o espírito do ator Cary Grant (Kyle MacLachlan). O curso cotidiano da vida prossegue normal até a chegada um tanto inesperada da sua mãe, Nuru Jahan (Suleka Mathew). Ela tem a missão de levar o filho à cerimônia de casamento do sobrinho, em Toronto. O objetivo último é convencer Alim a casar-se também e, assim, deixar a mãe em pé de igualdade com as demais mulheres da comunidade mulçumana que frequenta. Desde então, a sucessão de encontros e desencontros desarruma certezas e mesmo desmonta expectativas mútuas. Em última instância, o filme encena a presença do cinema para além da constituição de imaginários: vislumbra a formação mesma da subjetividade de Alim. Pela boca de sua mãe, ficamos sabendo que ambos tinham o costume de, ainda quando ele era um garoto, assistir as fitas que eram expostas no cinema de Mombassa, no tempo em que viviam na capital do Quênia. Embora as fitas chegassem retardariamente no país africano, mãe e filho acomodavam-se na plateia das tramas hollywoodianas. O cinema participou da educação sentimental de Alim, compôs seu aprendizado na possibilidade de reter e formular significados no curso da sua experiência, enfim, forjou parte decisiva do seu mundo da vida, na medida mesma em que modelou seus esquemas sensório-motores. Mas não apenas Alim teve seu destino imolado pela mimese cinematográfica: Nuhum, em conversa com o filho, confessa que, quando jovem, rumou para Londres em busca de se tornar uma "Dóris Day Indiana" e que muito do seu ressentimento para com a Inglaterra e todo o Ocidente estava vinculado ao não atendimento do sonho de Cinderela que ela acalentou, fruindo filmes.

2012; Reinheimer, 2013)<sup>5</sup>. Certo gradiente de democratização funcional se precipita, porém, se veem em apuros os mecanismos consagrados de diferenciação da esfera cultural diante da complexidade introduzida em seu âmbito. Ou melhor, é a percepção mesma do âmbito que entra em crise. Ainda mais porque o trama sociofuncional ascendente, o qual aspira à posição de sujeito de agenciamentos da cultura, tende a macular separações, especialmente aquela pela qual a renúncia dos condicionantes financeiros recalca o tema da luta pela sobrevivência no plano das "coisas do espírito" (Bourdieu, 1996, p. 244-245). Com isto, parece contaminar este último com as características da economia, ou seja, a horizontalidade vital com seus requisitos incontornáveis: carência, escassez e finitude. No movimento inverso, esparramam a singularidade e a evocação do intangível no plano da materialidade prosaica. Enfim, o trânsito suscita de fusões e confusões a fissões.

À luz dessas figurações, repõe-se o problema em torno da diferenciação da esfera cultural no compasso de como são redefinidos temas candentes com sua malha de complicadores étnico-históricos, morais e sócio-políticos, a exemplo dos nexos disjuntivos: tradicional *versus* moderno, autêntico *versus* vulgar, moralidade *versus* dinheiro, familiar *versus* estranho, comunidade *versus* sociedade, autonomia *versus* heteronímia, erudito *versus* popular, cosmopolita *versus* vernacular, popular *versus* massa, etc. Não cabe falar da diluição desses pares disjuntivos, afinal, eles ressurgem com roupagens novas. E estas últimas correspondem ao fato de que a instalação de circuitos cosmopolitas e ampliados de produção, circulação e consumo de bens simbólicos, faz-se cúmplice de concepções que norteiam os agenciamentos voltados a saberes e fazeres agora apreendidos pelo signo da diversidade simbólica e ecoambiental. Agenciamentos, em grande medida, realizados nas lutas travadas pela conquista dos direitos culturais, por meio das quais se fomentam políticas de diferenças/significados, deixando por rastro revisões de narrativas que facultam a interrupção de memórias flagradas em gestos e discursos racistas, sexistas, homofóbicos (Huyssen, 2014, p. 195; Taylor, 2013, p. 263-293)<sup>6</sup>. Ao mesmo tempo, o incremento desses circuitos artísticos, audiovisuais, turísticos, musicais, acadêmico-intelectuais, literários, gastronômicos, de moda e festivos e étnico-culturalistas

(ver Bueno, 1999, 2013; Pech, 2012; Farias, 2011, p. 265-280; Nicolau Netto, 2014; Heilbron e Sapiro, 2007, p. 93-108; Muniz Jr. e Oliveira, 2015, p. 119-133; Hernández, 2005, p. 129-146; Michetti, 2015; Mira, 2009, p. 563-597; Marinho, 2013, p. 237-252), entre outros, impulsiona padronizações de procedimentos, tendo por anverso correlato o incentivo e os efeitos de políticas de estilos tanto no plano das intermediações e das demandas.

No compasso dos mesmos encadeamentos transnacionais, bem além dos lucros financeiros já auferidos ao deter acervos artísticos consagrados, a tônica depositada nas lutas pelo reconhecimento e, daí, na extração de atenção avaliada como positiva às suas imagens, também motiva os decisores das grandes corporações empresariais ao financiamento de atividades artísticas e culturais. Vêm à tona os temas da construção social do valor da cultura e da dubiedade ora ostentada por este valor enquanto, simultaneamente, econômico-financeiro e de reconhecimento/prestígio. A emergência de ambos se dá em decorrência do dueto composto pela centralidade obtida pela comunicação e a expressão em uma esfera pública transnacional vinculada à ecologia dos sistemas sociotécnicos de informação e pela mundialização da cultura mercantil. Logo, para aos exercícios socioantropológicos se coloca em relevo os elementos à formulação de problemas teóricos e soluções analíticas acerca da formação do valor econômico no momento em que a cultura se constitui em insumo agregador de raridade à mercadoria informacional.

Dado esse cenário, a antecedência das prerrogativas do cálculo financeiro como parte integrante dos agenciamentos realizados no cerne de órgãos estatais aponta um realinhamento na compreensão do sentido da questão cultural, por parte da esfera política (Alves, 2014, p. 184-193). Afinal, em lugar da prioridade ideológica, o êxito econômico contracena com requisitos inclusão/afirmação identitária de grupos e populações nos programas pelos quais se determina a presença dos representantes do Estado como executores e gestores de políticas públicas. Ainda a este respeito, importa notar as proporções formidáveis adquiridas pela economia da cultura para formação do produto interno bruto de muitos países e de como os temas inseridos nessa pauta têm adquirido o *status* de objeto de interesse e de lutas nas relações internacionais.

<sup>5</sup> Em termos socioanalíticos, no encontro das visadas reflexionista e pragmaticista, o que passa estar posto como o objeto são as maneiras pelas quais pessoas são qualificadas para afigurar diferentes objetos do bem comum; ou seja, como se ajustam tanto a autoidentificação quanto a reivindicação de "grandeza" por parte de um indivíduo e/ou grupo com o reconhecimento desta grandeza por parte de outras pessoas. Grandeza no sentido da altivez interna ao sentimento de dignidade, mesmo da sublimidade, enfim, do que é referente aos bens do mundo, enquanto reconhecimento da honra. Portanto, a grandeza se refere à glória de gozar o respeito mútuo pela autoimagem e proposição de si, em virtude do modo como a estima é afetada pela aprovação moral (Boltanski e Thévenot, 1991; Heinich, 1991).

<sup>6</sup> Com forte repercussão na América Anglo-Saxônica e, desde aí, repercutindo em outras partes do planeta, a plataforma multicultural advoga a dignidade da cultura como elemento nodal a qualquer política de respeito aos direitos individuais, pois se defende em que os indivíduos se constituem essencialmente em comunidades de valores. Portanto, a princípio, não há um conflito filosófico com as prerrogativas do Estado liberal. Aliás, figura de maior envergadura entre os comunitaristas, o filósofo canadense Charles Taylor (1994) pretende, acima de qualquer outra meta, o incentivo à legislação, executados pelo Estado, visando assegurar a crença de que as culturas são dotadas de valores que lhes conferem um núcleo. Ou seja, o princípio da igualdade e a universalidade, programaticamente, são o suporte jurídico-institucional à afirmação das diversidades.

São bem emblemáticos os enfrentamentos em torno dos fluxos audiovisuais em que representações estadunidenses, japonesas e israelenses (a favor do livre comércio de bens e serviços) se opuseram ao posicionamento das comitivas francesas e canadenses pela adoção de políticas de exceção a serem aplicadas nas transações envolvendo a cultura. Situações de disputas que se deslocaram do Acordo Geral das Tarifas e Comércio (GATT) e da Organização Mundial do Comércio (OMC) para o âmbito da UNESCO (Álvarez, 2009, p. 254-278).

Logo, todos esses posicionamentos incitam interrogações sobre o ajuste do lucro monetário-financeiro com os dividendos obtidos pelo prestígio. Mas, igualmente, interrogam acerca dos tipos de governabilidade, em escala planetária, em que a atuação de grandes unidades sociopolíticas, como os Estados nacionais, e também daquelas inseridas nas micropolíticas – ONGs, fundações privadas, escritórios de advocacia, gastrônomos, empresas de *marketing*, de arquitetura e de *designe*, por exemplo – estão atravessadas pela transversalidade da diversidade cultural, com isso, interagem em processos econômicos sob muitas e distintas justificativas (Yudice, 2004). Apoio a projetos unindo afirmação identitária e sustentabilidade, resgate e promoção de cidadania, salvaguarda de patrimônios imateriais ou artístico-arquitetônicos, entre outras iniciativas manifestam o advento da institucionalidade dessa governança com alcance transnacional. Nestas, as fronteiras do público e privado mais que tênues se manifestam porosas, tendentes a diluírem-se.

O alcance multifacetado dessa governança aciona revisões nos pontos de vista teóricos e analíticos nas ciências sociais acerca dos efeitos de realidade gerados no andamento da expansão cotidiana dos atravessamentos entre cultura, política e economia, seja na potencialização seja na subordinação de pessoas, grupos, símbolos e modos e meios de vida. Para citar um, entre muitos exemplos possíveis. A retomada dos debates em torno das estratificações (classe, etnia, raça, gênero, sexo, geração, etc.) vem ocorrendo em meio às controvérsias que cercam a adoção de saídas analíticas e interpretativas no tratamento de tradutibilidades e conversões de memórias, quanto às maneiras de operacionalizar biografias de mercadorias e de grupos e pessoas, na medida em que saberes, fazeres e artefatos são enquadrados no estatuto jurídico de bens e serviços culturais que se desterritorializam e se relocalizam. Os contornos do problema se ampliam (e complicam) por se considerar as repercussões dessas traduções/conversões no plano afetivo das agências humanas, sejam elas produtoras e/ou consumidoras. Algumas das especialidades urbanas são empirias cada vez relevantes. São palcos citadinos onde as insurgências de novas territorialidades socio-culturais dão plasticidade aos processos nos quais os disparos de reflexividades práticas e/ou discursivas, correlatos à visibilidade das identidades e estimas, contracenam com a estilização das paisagens urbanas atravessadas pelo gerenciamento promovido pelos mecanismos do entretenimento-turístico (Melé, 1998, p. 11-26; Oliveira, 2006; Vicente, 2009; Bolán, 2000, p. 115-142; Cancini, 2012, p. 65-98).

## Borramento de linhas divisórias disciplinares

Sabemos que, ao lado das demais disciplinas das ciências sociais, o despertar da sociologia esteve marcado pela transição socioestrutural na Europa ocidental de uma ordem agrária militar-aristocrática para outra burguesa mercantil-industrial, em uma base epistêmica dominada pelo evolucionismo. Além, ainda, de estar informada pela incorporação de outros modos de vida no campo de compreensão e ao espaço imaginativo do Ocidente, pela via do imperialismo colonial (Gelner, 1981, p. 19-20). Se, dentro desse horizonte histórico e ideológico, os Estados nacionais consistiriam na realidade mais próxima, uma partilha epistêmica nas ciências sociais foi acordada, concretizando-se na seguinte divisão do trabalho intelectual, ao longo do século XX: à antropologia, caberia o trato com alteridade cultural disposta sob a dominação dos impérios europeus, categorizada como o diverso em relação à matriz ocidental da disciplina; já a sociologia estaria devotada ao exercício de conceituar as aventuras da modernidade. Podemos concluir sobre os impactos desta injunção nos rumos epistemológicos e na delimitação de fronteiras institucionais entre essas disciplinas (Conell, 2012, p. 309-336). Porém, nas últimas décadas, uma rotação parece ocorrer deixando suas marcas no plano das certezas elementares das ciências sociais e evocando espécie de alteração paradigmática. Nos rastros de Beck (2010), poderíamos dizer que o enfraquecimento do nacionalcentrismo se depreende também no borramento das linhas divisórias disciplinares entre antropologia e sociologia. Uma vez mais, o tema da cultura se revela nevrálgico à discussão nas ciências sociais sobre diferenciação e desdiferenciação no mundo contemporâneo.

Já há algum tempo que os antropólogos cada vez mais se atêm às chamadas sociedades complexas modernas e/ou aos fenômenos que denominam de transculturalidade ou interculturalidade (Clifford, 1999, p. 27-139). A interpelação da linhagem pós-modernista na tradição antropológica teve por alvo, simultaneamente, as prerrogativas do imaginário romântico e o cânone do realismo científico. Deixou-se em xeque as pretensões universalistas do regime de autoria fundado na autoridade etnográfica para objetivar a alteridade, porque a percepção dos efeitos da textualização do outro veio no mesmo compasso da identificação da presença polifônica de vozes não apenas na constituição do pesquisador, mas em especial da fala nativa (Clifford, 2002, p. 17-62; Strathern, 2013, p. 65-85). Inserida ao elenco das suas categorias, a ideia de modernidade repercutiu entre os antropólogos na busca de equilíbrio entre a perspectiva orientada para o local e uma lente sensível aos arranjos polifônicos mais abrangentes (Marcus, 1991, p. 197-221; Guzmán, 2012). A transição nos interesses se deu a reboque do cruzamento de aspectos caros à disciplina, à maneira do tema das identidades sociais, com fatores de ordem econômica e tecnológica. Atenta a essas tendências verificadas nos rumos da pesquisa antropológica, Paula Montero (2006, p. 176) reconhece que

a intensificação dos fluxos e da comunicação entre as culturas problematiza a fundamental noção de alteridade. Entende que a aproximação crescente traz a diversidade para o interior do Ocidente, mas também reduz o espaço simbólico das culturas ditas tribais e não-ocidentais (Montero, 1992, p. 41-42, 64-70). Conclui: se a globalização do mundo pressiona na direção de espécie de "explosão" dos universos etnográficos, ao mesmo tempo contracena com um movimento reflexivo de "reposição das diferenças"<sup>7</sup>. Sob esses rastros, antropólogos(as) se voltam aos modos e estilos de vida urbanos, realizam etnografias de processos estatais, aplicam-se a eventos de escala transnacional a exemplo de migrações e/ou trânsitos de pessoas, bens materiais e imaterialidades, referem-se a hibridações entre próteses tecnocientíficas e corpos humanos<sup>8</sup>.

Um exemplo interessante a respeito aparece no livro *Remembering the Alamo: memory, modernity e the máster symbol*, do antropólogo Richard Flores (1999). Nesta obra, o autor descreve a história de um lugar, Alamo, cidade encravada na paisagem desértica do estado do Texas, nos Estados Unidos. Mas, essa história é apreendida nos complexos que a constituí. Alamo, na narrativa de Flores, compreende ao mesmo tempo um espaço de silenciamentos históricos e existenciais, referidos as guerras de conquistas e às violências praticadas contra subalternos étnicos, de gênero e sexo, igualmente lugar de memória em que as recordações fazem atravessar tensamente o subjetivo e o coletivo, a ruina e o patrimônio, a dor e a celebração, no instante em que a trajetória do lugar faz convergir à arena de lutas e massacres, com seus heróis, contra-heróis e vítimas, à

mercadorização contemporânea desta ambiguidade mnemônica na dinâmica turística que redefine os usos do lugar.

Nos rastros do debate teórico travado envolvendo a renovação dos modelos sistêmicos, por Niklas Luhmann, e a proposta habermasiana de agir comunicativo<sup>9</sup>, na década de 1980, entre os sociólogos(as), o retorno do interesse pelos processos e efeitos da diferenciação e da desdiferenciação social responde um protocolo de pesquisa e reflexão não diretamente relacionado à complexidade da divisão do trabalho na sociedade industrial, tampouco restrito às organizações políticas estatais ou civis diretamente inseridas nas instâncias da democracia representativa. Sem abdicar dos traços relativos aos âmbitos institucionais e/ou técnicos e econômicos, ganham relevo objetos de conhecimento marcados pela tônica tanto na raridade quanto na afetividade e no reconhecimento, quando se trata de estender o olhar para padrões emergentes de integração nos quais as proposições, imagens e justificativas de si ascendem ao *status* de propriedades inalienáveis das diferenciações nos complexos arranjos societários contemporâneos.

O mais interessante, para os objetivos deste ensaio, é observar o quanto o retorno a essas problematizações estão relacionadas à esfera cultural. Sem entrar no mérito se houve ou há uma sociologia pós-moderna, mas é notável como o imaginário sociológico, igualmente, absorveu questões emergentes na análise cultural pós-modernistas (Hutchecon, 1991; Eagleton, 2005; Farias, 2011, p. 48-62). Por exemplo, com a finalidade de fazer um balanço da experiência estadunidense que aninhou a onda pós-moderna, Connor (1992) percorre os caminhos que con-

<sup>7</sup> Afirma a antropóloga: "[...] eu diria que, de modo paradoxal, ou aparentemente paradoxal, o movimento econômico e social de globalização da cultura se vê acompanhado de um movimento de igual força mas que caminha no sentido inverso, que faz ressurgir, agora na chave do político, reivindicações radicais de particularismos culturais e étnicos. As razões desse fenômeno são complexas e mereceriam uma análise mais detalhada que incorporasse a compreensão das razões da crise de soberania que ameaça os estados nacionais, da natureza do separatismo e das reivindicações das novas minorias. De qualquer maneira é importante notar que, no bojo do problema da perda das referências nacionais, a importância da identidade, da cultura local e regional se repõe com uma atualidade sem precedentes. Portanto, se a antropologia se debatia com as dificuldades inerentes a uma abordagem planetária, a força dos movimentos particulares de reivindicação de identidade açambarcou imediatamente a imaginação antropológica, que colocou rapidamente o tema no centro de sua reflexão" (Montero, 2006, p. 56-57).

<sup>8</sup> Um termômetro desta reorientação no campo da antropologia social é a revista *Public Culture: Society for Transnational Cultural Studies*. Editado pela Universidade de Chicago, o periódico tem o propósito de visibilizar uma larga produção etnográfica sobre eventos que revelam interpenetrações entre contextos étnicos particulares e a modernidade/globalização. Bem ilustrativos a respeito são os números dedicados à "Globalization" (vol. 12, n. 1, 2000) e ao "Millennial Capitalism and the Culture of Neoliberalism" (vol. 12, n. 2, 2000).

<sup>9</sup> Embora os dois autores concordem acerca do papel estruturante exercido pela comunicação nos fenômenos sociohumanos, um e outro divergem a respeito da unidade analítica a ser priorizada. À luz do modelo de sistema autopoieticos, em Luhmann as diferenciações sociais são enfocadas não do ponto de vista da ação de indivíduos ou mesmo dos coletivos. A tônica estáposta nas operações comunicacionais, nas trocas públicas de sentido, pois os sistemas sociais compreendem operações e procedimentos entre processos comunicacionais, logo distintos dos processos de pensamentos que envolvem sistemas psíquicos (Luhmann, 1998a, p. 77). Em lugar de se ater às propriedades estruturais dos sistemas, como no esquema parsonian, a visada da "autopoiesis", isto é, da autoprodução, orienta-se na direção da formação mesma dos sistemas, concluindo se tratarem estes tão-somente de formas de diferenças. Portanto, o entendimento do sistema pela imagem conceitual do todo e suas partes é substituído pela ideia sobre a diferenciação entre sistema e ambiente ("entorno"). A seu ver, o seu modelo se mostra melhor equipado na análise da diferenciação social na modernidade ou, nos seus termos, a totalidade de possibilidades vivenciais postas no horizonte da modernidade, ao se tratar de um sistema "policontextual" habilitado a permitir múltiplas descrições de mundo e de si mesmo (Luhmann, 1998b, p. 46). À contramão, evocando um projeto iluminista inacabado de modernidade, Habermas (1999, p. 15-68, 351-433) sustenta a distinção entre sistemas e mundo-da-vida, dando ênfase à racionalidade comunicativa que informa um agir crítico-dialógico orientado à relativização de certezas não discutidas com a finalidade de manter a construção continuada de consensos.

duziram à fragilização da autoridade da cultura acadêmica em estabelecer as fronteiras culturais. E como, nesse contexto, ela teve de responder ao volume heterogêneo de bens simbólicos e as reivindicações por parte de novos agentes dessas produções culturais identificadas, até então, como ligeiras e "inferiores". Segundo o argumento do autor, o deslocamento na balança de poder entre os grupos na estrutura social dos Estados Unidos e as pressões destes pelo reconhecimento de novos valores contracenaram com o aprofundamento da divisão funcional das atividades e da ampliação do mercado simbólico no âmbito da acumulação do capital, em razão do impulso no comércio de signos (Connor, 1992, p. 21-22). A seu ver, as duas linhas de força proporcionam a profissionalização de um leque de novos agentes investidos da legitimidade de produtores culturais, o que se incluiu na institucionalização da produção e generalização da difusão de bens simbólicos na medida em que estes últimos tiveram sua valorização econômica ampliada. Por sua vez, mas a partir da consideração desses mesmos mecanismos, Heller e Fehér (1998) extraem a proposta de enquadrar o pós-modernismo e a própria condição pós-moderna no interior das trajetórias de movimentos de afirmação dos distintos (e, muitas vezes, conflitantes) padrões geracionais de comportamento. Examinando a mesma territorialidade das democracias ocidentais, outros intérpretes agregam os grupos étnicos e aqueles diferenciados pelo gênero que, desde o final da Segunda Guerra, aliam jovens, negros, mulheres e homossexuais em torno da reivindicação de suplantar os limites prescritivos das culturas de classes tradicionais (e da tendência destas em abraçar o ideal de homogeneidade abrangente), em nome da emergência de culturas locais ou subculturas (Featherstone, 1990, p. 107). Nesse sentido, uma vez mais usando as categorias de Heller e Fehér (1998), ondas como a do existencialismo ou aquelas que a sucederão – gerações "alienação" e "pós-moderna" – estabeleceram uma "instituição imaginária" própria, embora numa situação tensa de disputa entre as três por legitimidade, ainda assim "cada onda continua a pluralização do universo cultural da modernidade e também a destruição das culturas de classe" (Heller e Fehér, 1998, p. 196-197). O cenário sociocultural recentemente implantado, para os dois autores, não corresponde ao desmantelamento por completo das culturas de classe tampouco do etnocentrismo europeu. Entendem, contudo, que emergentes aportes transgeracionais e transclassistas deixam seus efeitos no plano conceitual e são sentidos na dificuldade em fixar categorias precisas que estabilizem tal fluxo de realidades. Com isto, sobram categorizações assumidamente provisórias ou, principalmente, ocorrem elaborações de metáforas que oscilam entre os polos da homogeneização ou da heterogeneidade.

Para uma disciplina cuja defesa da própria unidade epistemática tende gerar elevado consenso institucional, mecanismos endógenos foram acionados no sentido de traduzir para a linguagem sociológica essas provocações e revolvimentos acarretados pela questão cultural. Sem dúvida, a obra de Pierre Bourdieu tem ocupado posição estratégica nessa tradução, já que dela partiram as soluções mais profícias de entrosamento empírico,

analítico e teórico no enfretamento das problemáticas focando os processos de simbolização nas sociedades contemporâneas. Retomando o velho problema aristotélico das tendências (*hexis*) na formulação de uma teoria das disposições corpóreas, em grande medida sintetizada na sua noção de *habitus*, ele irá correlacionar à sociologia da cultura a da educação visando apreender como prosseguem positivamente distinções sutis inerentes ao mundo social (Bourdieu, 2002). E como, para isto, fazem-se cúmplices pulsões vitais e fronteiras institucionais, mediante a intervenção de saberes que, por sua vez, habilitam os corpos humanos ao trânsito significativo nas vias dos mesmos espaços da socialidade. Na contrapartida, mas ainda de acordo com a perspectiva do sociólogo francês, tais corpos realizam o trabalho cognitivo de estender esse mesmo espaço social em suas condutas movidas pelo conhecimento tácito dos limites, mas em busca de reconhecimento, para isto acionando estratégias de interpelação e alocação de recursos (financeiros, culturais e sociais) valorados em graus diferenciadamente hierarquizados no contexto sócio-histórico e simbólico de possibilidades do capitalismo pós-industrial.

Nesse sentido, chama atenção no tratamento dado por Bourdieu (2009) aos usos culturais, na maneira como reconsidera o lugar da escassez e da distribuição da raridade na produção e reprodução das agências humanas e das instituições (Raud, 2007, p. 216-224). Toma-se a sério o peso da interveniência dos fatores de classificação, nomeação e expressão-comunicação enquanto dispositivos capacitados a conferir existência na medida em que, incorporados e/ou objetivados como espaço social, atuam no posicionamento e qualificação diferenciada de pessoas, ideias, coisas e lugares em patamares desiguais de valor (Bourdieu, 2000, p. 65-70). Deste modo, por alertar ao problema da construção social do valor, ele contorna o reducionismo utilitarista na formulação de uma pauta de sociologia econômica, não apenas para conceber a presença do interesse no seio do desinteresse da posse e uso dos bens simbólicos legítimos, referindo-se ao "lucro simbólico". Igualmente, nas trilhas de Max Weber, flagra na orientação da conduta calculista do agente econômico a crença em uma autonomia do "campo econômico" que motiva o investimento (*ilusio*) nas práticas referidas a esse sistema de relações e posições sociais (Bourdieu, 2000, p. 93-119, 2009, p. 209-237).

Os olhos da sociologia dirigidos à esfera cultural têm se mostrado particularmente sensíveis à intervenção de Bourdieu. Do ponto de vista dos procedimentos de inferência analítica, sua recusa tanto da filosofia da consciência presente nas teorias da ação e das interações, como do acento intelectualista dos modelos sistêmicos e estruturalista (Bourdieu, 2009, p. 9-238), ressoa na adoção crescente das abordagens orientadas às práticas, aos usos e estratégias. Em se tratando dos esquemas teóricos, é observável como são ressaltadas as confluências entre as lógicas simbólica e econômico-financeira na apreensão sociológica das questões de arte e cultura, atualmente. Bem ilustrativo é o estudo do que a socióloga estadunidense Diana Crane (2009, p. 331-362) entende consistir em um mercado global das artes

plásticas. Para ela, em tal espaço social as estratégias realizadas introduzem novos desafios à análise e interpretação sociológicas, em meio ao modo como no ambiente da globalidade são geradas novas modalidades de desigualdade econômica e cultural. A autora observa o que se apresenta como uma crescente diluição das fronteiras entre alta cultura e cultura popular na medida em que o mercado dos bens simbólicos se expande para além da matriz europeia ocidental, desde a Segunda Guerra Mundial, deslocando-se na direção de países como os Estados Unidos e, mais recentemente, da China. A seu ver, está dinâmica histórica se traduz na presença de novas bases sociais constituídas por segmentos urbanos de altos rendimentos concentrados em grandes metrópoles que subvertem valores e procedimentos a princípio reconhecidos como legítimos de produção e acesso da cultura erudita. Mas também repercute na substituição de espaços consagrados de visibilização do estético (como o museu) por outras instâncias, à maneira das galerias de arte e centros culturais. Sobretudo, Crane registra as imbricações dos bens e processos artísticos com modalidades culturais que seriam heterônomas, de acordo com a concepção acerca da autonomia do campo estético – à maneira da moda e do entretenimento (gastronomia, turismo, etc.). O argumento da autora enuncia um horizonte histórico definido pelo descentramento da autoridade europeia na definição do sentido legítimo do estético<sup>10</sup> e como este movimento tem vínculos com a emergência de novos polos de poder no sistema internacional e na economia-mundo capitalista. A desdiferenciação entre o artístico, o geopolítico e o econômico plasmaria essa alteração socioímbólica de elevadas proporções, pois a ingerência do dinheiro se imporia no plano dos gostos e na triagem dos usuários dos bens culturais eruditos.

Embora evoque a intercessão entre arte, cultura, geopolítica e economia, Crane deixa intocadas as condições socioestruturais para esta afinidade eletiva própria à constelação histórica contemporânea e fundamental à agenda de uma sociologia da esfera cultural, hoje, no que concerne às linhas de força com repercuções sobre a definição da raridade estética e como esta produção do valor escasso requer o trabalho de classificação divisando o incomum do banal. Nas últimas duas décadas, o forte reingresso do ensaísmo sociológico tomou por objeto, exatamente, os condicionantes e efeitos dessas condições socioestruturais materializadas nos deslizes classificatórios na cultura contemporânea. Um ponto em comum entre os intérpretes é identificar a aceleração fremente dos fluxos como fator elementar da globalidade, talvez, a partir dessas contribuições, poderíamos nos referir a uma transitividade socioestrutural. Isto porque designa posições e, logo, implica em recurso hermenêutico, discursivo e cognitivo modalizado na classificação e construção social do valor de pessoas, coisas e ideias, enfim, posicionando-as. Para Castells (1999), por exemplo, a combinação entre redes sociotécnicas informacionais e a regulação flexível do capital facultou

ao transporte de signos – a informação – ascendência tanto na geração de riqueza como no tipo de estratificação social e espacial vigente no conjunto do planeta atravessado pelo capitalismo. Ter-se-ia como anverso do apreço obtido por esta ênfase na dimensão imaterial da produção, a estilização do cotidiano (moda e *design*), a emergência das formas tecnológicas de vida e a evocação e incremento da diversidade/pluralidade como um valor. Mas também se fizeram sentir remanejamentos sensíveis: “etnicização” das culturas (gênero, sexualidade, classe, etário-geracional, regionalidade, mesmo nacionalidade); alteração sistêmico-estrutural do Estado (Estado-nação para Estado-nações), marcada por uma regulação/governança fundada na gramática da diversidade e não mais na homogeneidade cultural; ingerência de outros “entes” na governança global – corporações empresariais transnacionais, ONGs, redes de tráficos vários (armas, drogas, pessoas, órgãos do corpo humano, informações, etc.) e tramas monetário-financeiras viabilizadas pelos aparatos técnico-informacionais.

É em meio aos fluxos frementes dessa globalidade que intérpretes sublinham serem os movimentos de construção do valor de consciências identitárias e de etnicização de subjetividades indissociáveis da vertiginosa disseminação do consumo de bens simbólicos mediado pelo recurso aos meios monetários; consumo mercantilizado tendo em um dos seus efeitos a estilização dos gostos em escalas até então desconhecidas (Lash e Urry, 1994; Zolberg, 2008, p. 41-68). Estilização descrita na importância dada às aparências como superfícies hábeis em suscitar as exposições das emoções. Assim, obedientes aos imperativos racionalizadores da publicidade e do *marketing*, o *design* e a moda extrapolariam as fronteiras dos bens de luxo, para tomar em assalto o coração do capitalismo, evidente, sem abrir mão do primado do cálculo econômico e lucro financeiro. De acordo com Lipovetsky e Serroy (2015), a concepção mesma da mercadoria está hoje comprometida com a sedução e o deleite. Em suas considerações, ambos os autores se estribam no olhar lançado por Simmel (1977, p. 545-602) sobre a modernidade metropolitana. Para o sociólogo alemão, o dinheiro constitui-se em poderoso fator de estilização do espírito objetivo, no instante em que se inscreve na motivação subjetiva, fazendo-se parâmetro à sua exteriorização em um cenário sociohumano cujo emblema é a transformação dos meios em fins em si mesmos. Já os dois autores franceses prosseguem o raciocínio simmeliano e sugerem ser a própria estilização o que se fez marca de uma palpitação emergente nas relações sociais e, logo, nos modos de subjetivação em curso nas últimas três décadas. Estilização entendida, justamente, pelo traço posto na retórica das expressões, demandando atenção e decodificação, porque requer acentuada depuração dos protocolos de escritura e leitura, critérios capazes de enfatizar a silhueta de algo a ser manifesto como único na sua apresentação.

<sup>10</sup> Com a pluralização dos mundos, objetos e agenciamentos artísticos, parte da dinâmica sociohistórica na qual os senso e *ethos* artísticos são expandidos pelo planeta, também se manifestam posicionamentos que colocam em questão a ideia mesma de uma história da arte unificada (Belting, 2006; Danto, 2006).

Apoiados na perspectiva do consumo com um estruturante da vida social contemporânea, os mesmos Lipovetsky e Serroy (2011) se lançam na assertiva de que a geração por parte do hipercapitalismo da sensação de insegurança e desorientação decorre da diluição de qualquer referência para o norteamento da conduta dos agentes. Pressionados pelo regime do curto prazo, da precariedade, trabalhadores e trabalhadoras se veriam a mercê de alternativas igualmente efêmeras, já que não poderiam contar com as âncoras coletivas que antes vigeram. Para os autores, a ascendência gozada pela cultura mercantil, a ponto de sagrar-se uma cultura-mundo, estaria em cumplicidade com essa situação de insolvência de aportes mais fixos de orientação e pertencimento. Enfim, a cultura mercantil obteria dividendos na medida em que tanto promove/participa da dinâmica capitalista de desfazimento de qualquer alternativa de sentido quanto no momento em que se impõe a única possibilidade de sentido, apesar de corresponder a um horizonte de significados intrínsecos ao movimento de desterritorialização e desestabilização de qualquer permanência no instante em que celebra a novidade, ou seja, a sucessão ávida de possibilidades relativas à permuta dos gostos e das percepções.

Ao apreenderem o fluxo incessantemente intenso como um fator preponderante na caracterização contemporânea da modernidade, relacionado à silhueta atual do capitalismo e das sensibilidades, Lipovetsky e Serroy sinalizam para outras tendências socioestruturais de coordenação e orientação de condutas importantes. Tendemos crer, no entanto, que se ausenta nos seus respectivos tratamentos uma atenção maior não somente aos efeitos desses dispositivos, mas a especificidade do modelo de integração societária a que estão referidos. Assim, com a finalidade de sugerir alternativas de análise e interpretação sociológicas acerca dessas mesmas condições em que as sincronizações entre as condutas estão tanto respaldadas num quadro moral-normativo de valores institucionalizados como em um rateio de meios e recursos de sobrevivência e de nomeação, recorremos à maneira como Boltansky e Chiapello (2009) concebem essas transformações mais recentes do capitalismo. Em *O Novo Espírito do Capitalismo*, ambos argumentam que a renovação das organizações capitalistas decorreu, em parte, da adoção pelas corporações capitalistas da flexibilidade normativa interna às posturas dos movimentos sociais ambientalistas, feministas, das minorias etnicorraciais e sexuais. Isto é, a regulação flexível do capital, vigente desde a década de 1970, veio sobre a esteira da incorporação resinificada das tantas faces da contracultura à narrativa do capitalismo desorganizado, o qual teria forte apelo culturalista. Nesse sentido, os insumos contraculturais remanejados foram aplicados nos investimentos visando à decomposição da ética obreira fundada na disciplina e na procrastinação, própria ao período fordista da economia de escala, e sua substituição pelo *ethos hedonista* com ênfase na capacidade de requalificação permanente dos agentes para adaptações aos ajustes situacionais.

No momento em que se referem à sintonia estabelecida entre contracultura e renovação do capitalismo, as proposições

de Boltansky e Chiapello sinalizam ao mutuo engendramento entre as esferas cultural e econômica com efeitos decisivos no plano político e, mais especialmente, na formação de subjetividades. De início, sabemos ter a contracultura se propagado entre círculos de jovens, mas propriamente naqueles comprometidos com plataformas ideológicas alternativas e contestatórias do modo burguês de vida e, portanto, crédulos de reclamos antissistêmicos – movidos por aspirações pacifistas, contraproductivistas e ecológicas, logo, avessos à acumulação monetário-financeira. Mas, igualmente, comprometidos com as bandeiras das lutas de correção de significados referentes às posturas de feministas, dos grupos homoafetivos e etnoracialmente identificados, além da defesa do amor livre, como de outros imperativos contraculturais avessos ao primado do patriarcalismo androcêntrico e heteronormativo (Roszak, 1972). A rápida e vasta disseminação das ideias e valores contraculturais, ainda que estes fossem atenuados em sua radicalidade, deu-se no compasso da sua adoção nos estilos de vida de segmentos artísticos populares que se situaram como grupos de *status*, na estrutura social urbana-industrial e de serviços. Alocados como produtores de uma cultura sociotécnica e mercantil popular mundializada, esses grupos se impuseram nas dinâmicas de simbolização com injunção direta nos modos de aprendizados, fazendo parte de processos de incorporação de saberes com efeitos no advento e consolidação da recursividade de condutas e na reversão da expectativa no tocante à exposição pública das emoções. Portanto, mais que apontar à desdiferenciação de esferas da experiência, a correlação entre contracultura e capitalismo assinala ajustes em planos distintos – da estrutura social, da economia emocional, do quadro de valores, dos sistemas jurídicos, técnicos e tecnológicos, dos modos de fazer política e traçar as fronteiras entre o público e a intimidade. E, com isso, sublinha alterações contemporâneas nos significados que informam essas esferas em que o entretenimento se antecipa na coordenação das relações sociais (Farias, 2014a, p. 33-95).

## A título de conclusão

Para um autor à maneira de Geertz (1989, p. 45-66), a cultura consiste em propriedade da condição antropológica, porque lhe caberia um papel crucial na evolução mesma da espécie humana em sua propensão para simbolizar, fomentando sentidos aos seus destinos e significados aos seus atos. Formulações assim esquecem apenas do grau de síntese de conhecimentos e experiências contidas em noções europeias como as de "cultura", "tempo", "espaço", entre tantas outros com igual teor de abstração. Da perspectiva sociogenética, para a qual as sociedades humanas têm se espalhado continuamente na amplitude física (Elias, 1998, p. 58-59), recentes, essas sínteses traduzem a experiência vivida da consciência, mas envolvem encontros culturais e civilizacionais, empréstimos, confrontos, espoliações e aniquilamentos. Por séculos as formas de vida humanas estiveram tão dispersas quanto existiram múltiplos e diferentes ti-

pos de unidades sociais de sobrevivência. A afirmação mundial da ideia de cultura se deu no compasso da expansão colonial e imperial da Europa, mas igualmente participando da dinâmica histórica em que os Estados centralizados e a autorregulação econômica das trocas se impuseram como uma diáde de alcance planetário, em particular após o século XX (Williams, 2011; Farias, 2014c, p. 54-76). A síntese conceitual promovida pela categoria de cultura concretiza a divisão sociofuncional encerrada na separação dos exercícios intelectuais dos demais (que estão relacionados diretamente com a reprodução da vida biológica) como o fato seminal desta operação em que se aparta a esfera da produção dos significados do conjunto das experiências com o advento da instituição religiosa Fauerbach (Fauerbach, 2007; Marx e Engels, 1974, p. 56), sobretudo naquelas que promovem éticas enfatizando a sistematização dos atos em favor de um sentido transnatural da existência. A esfera cultural compõe o caudal da intelectualização e racionalização da vida humana e mesmo da totalidade cósmica, as quais passaram a estar sob o juízo e a guarda do espírito enquanto ente não redutível à brevidade móvel do empírico (Weber, 2006, p. 41-69, 251-318). Processos estes que guardam certa proximidade com a assertiva de Durkheim (1989), ao reiterar a separação entre sagrado e profano e consagrar ao âmbito religioso as funções não rebaixadas à utilidade e mesquinharias cotidianas, o que reforça a concepção de uma fronteira devotada ao sentido.

Muitos autores, entre os quais Calasso (2004, p. 119-137), defendem o argumento de que o percurso que leva da antecedência da religião sobre o plano da produção de sentido até a autonomia do espaço laico da simbolização está referido ao movimento em que o estético irá paulatinamente se apartando da função de instrumento para outros fins e se tornando um fim em si mesmo. Atendo-se à presença dos deuses da antiguidade clássica na obra de autores como Nietzsche, Benn, Mallarmé e, em especial, Hölderlin, segundo Calasso, a evocação da beleza por ela mesma teve por palco histórico a Europa do século XVIII, em que o postulado de uma "literatura absoluta" motivou a intervenção de artistas e pensadores em favor da liberdade criativa. Para Calasso, a aurora da modernidade se desenha nesta atitude. Sabemos como a teia recíproca composta pela cultura subjetiva do Ocidente (Said, 2003), o desenvolvimento da imprensa como tecnologia de reprodução simbólica, a sedimentação da mídia livro e a alfabetização em larga escala posta em marcha, principalmente no final do século XIX e estendida ao XX, da Europa norte-occidental para diferentes regiões do planeta, foi decisiva para a consolidação desta autonomia relativa do campo cultural, em especial do lado interno à sua fronteira erudita.

Se a dinâmica histórica do advento e evolução artístico-institucional de especialização da cultura se define, portanto, pelo cruzamento entre economia, autonomização da técnica e estética, nas condições contemporâneas o mesmo entrelaçamento se manifesta em outro patamar de integração das relações sociais. Ou seja, compondo as malhas e circuitos em que a transversalidade da questão cultural vaza fronteiras geopolíticas e de estratificações sociais, ao mesmo tempo consegue

atravessar e repor fronteiras. Com isso, desloca-se do espaço consagrado à simbolização da aliança com o Estado-nação, na contrapartida da maneira como se institui um negócio do ócio e perpassa áquelas formulas de governança que são intrínsecas ao campo de poder global, em que as corporações empresariais transnacionais ocupam destacado papel. Desvela-se, desse modo, à pesquisa e reflexões sociológicas outras possibilidades históricas e sócio-simbólicas à produção de subjetividades, mas igualmente à exteriorização e objetivação de estimas e sentimentos. Na mesma medida, é preciso sublinhar, a intercessão da produção e usos culturais com esquemas de comodificação cujas facetas são igualmente múltiplas e alcançam planos tão distintos do contexto planetário, deixa por desafio ao exame sociológico à busca de alternativas na conceituação dos modos contemporâneos de controle, coordenação e regulação dos cursos de condutas humanas.

## Referências

- ÁLVAREZ, V.C. 2009. Diversidade cultural e livre-comércio: antagonismo ou oportunidade? *Inter-Thesis*, 6(1):254-278.  
<https://doi.org/10.5007/1807-1384.2009v6n1p254>
- ALVES, E.P.M. 2014. Cultura, mercado e desenvolvimento: a construção da agenda contemporânea para as políticas culturais. *Ciências Sociais Unisinos*, 50(3):184-193. <https://doi.org/10.4013/csu.2014.50.3.01>
- BAUMAN, Z. 2001. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 260 p.
- BELTING, H. 2006. *O Fim da história da arte*. São Paulo, Cosac Naify, 448 p.
- BECK, U. 2010. Como não se tornar uma peça de museu. *Mediações*, 15(2):16-27. <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2010v15n2p16>
- BHABHA, H. 1995. Cultural difference and cultural diversity. In: B. ASHCROFT; G. GRIFFITHS; H. TIFFIN (eds.), *The postcolonial Studies reader*. New York/London, Routledge, p. 155-157.
- BOLÁN, E.N. 2000. Conexiones urbanas: cultura, metrópolis, globalización. *Sociológica*, 15(42):115-142.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, É. 2009. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo, WMF/Martins Fontes, 704 p.
- BOLTANSKI, L.; THÉVENO, L. 1991. *De la justification. Les économies de la grandeur*. Paris, Gallimard, 494 p.
- BOURDIEU, P. 2009. *O Senso prático*. Petrópolis, Vozes, 472 p.
- BOURDIEU, P. 2002. *Esboço de uma teoria da prática*. Oeiras, Celta, 276 p.
- BOURDIEU, P. 2000. *O campo econômico: a dimensão simbólica da no-meação*. Campinas, Papirus, 120 p.
- BOURDIEU, P. 2001. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro, Bertrand, 324 p.
- BOURDIEU, P. 1996. *Regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo, Cia das Letras, 432 p.
- BUENO, M.L. 2013. Gastronomia e sociedade de consumo. Tradições culturais brasileiras e estilos de vida na globalização cultural. In: P. REINHEIMER; S.P. SANT'ANNA (orgs.), *Manifestações artísticas e ciências sociais: reflexões sobre arte e cultura material*. Rio de Janeiro, Folha Seca, 264 p.
- BUENO, M.L. 1999. *Artes plásticas no século XX: modernidade e globalização*. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 324 p.
- CALASSO, R. 2004. *A literatura e os deuses*. São Paulo, Cia das Letras, 160 p.

- CANCLINI, N.G. 2012. *A Sociedade sem relato: antropologia e estética da iminência*. São Paulo, Edusp, 164 p.
- CLIFFORD, J. 2002. *Experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro, UFRJ, 320 p.
- CLIFFORD, J. 1999. *Itinerarios transculturales*. Barcelona, Gedisa, 494 p.
- CONNELL, R. 2012. O Império e a criação de uma ciência social. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, 2(2):309-336.
- CONNOR, S. 1992. *Cultura pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 330 p.
- COSTA, H.; BENTO, B.; GARCIA, W.; INÁCIO, E.; PERES, W.S. (orgs.). 2010. *Retratos do Brasil homossexual: fronteiras, subjetividades e desejos*. São Paulo, Ed. USP/Imprensa Oficial, 452 p.
- CRANE, D. 2009. Reflections on the art market: implications for the sociology of culture. *Revista Sociedade Estado*, 24(2):331-362.  
<https://doi.org/10.1590/S0102-69922009000200002>
- DANTO, A.C. 2006. *Após o fim da arte: a arte contemporânea e os limites da história*. São Paulo, EDUSP, 294 p.
- DUARTE, L.F.D. 2006. Formação e ensino na antropologia social: os dilemas da universalização romântica. In: P. GROSSI; A. TASSINARI; C. RIAL (orgs.), *Ensino de antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além fronteiras*. Blumenau, Nova Letra, p. 17-36.
- DUBE, S.; BANERJEE, I. 2011. Otras modernidades: introduction. In: S. DUBE; I. BANERJEE (orgs.), *Otras modernidades: histórias, culturas, identidades*. México (DF), Colégio de México, p. 11-48.
- CASTELLS, M. 1999. *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo, Paz e Terra, Vol. 1, 617 p.
- DURKHEIM, E. 1989. *As Formas Elementares de Vida Religiosa*. São Paulo, Paulus, 536 p.
- EAGLETON, T. 2005. *Depois da teoria: um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 302 p.
- EISENSTADT, S.N.; PEREIRA, S.S.; ARAÚJO, A. 2007. *Múltiplas modernidades: ensaios*. Lisboa, Livros Horizontes, 166 p.
- EISENSTADT, S.N. 2000. Multiple modernites. *Daedalus*, 129:1-29.
- ELIAS, N. 1998. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 166 p.
- FARIAS, E. 2014a. Humano demasiado humano: entretenimento, economia simbólica e forma cultural na configuração contemporânea do popular. In: E. FARIAS; M.C. MIRA (orgs.), *Faces contemporâneas da cultura popular*. Jundiaí, Paco, p. 33-74.
- FARIAS, E. 2014b. Dilema da identidade: os rataplás do Olodum, políticas de significado e o campo etnopopular no Brasil". *Ciências Sociais Unisinos*, 50(3):265-280. <https://doi.org/10.4013/csu.2014.50.3.09>
- FARIAS, E. 2014c. Cultura e desenvolvimento: figuras histórico-cognitivas de uma dinâmica geopolítica. *Latitudes*, 6(2):49-80.
- FARIAS, E. 2011. Ócio e negócio: festas populares e entretenimento turismo no Brasil. Curitiba, April, 413 p.
- FAUERBACH, L. 2007. *A essência do cristianismo*. Petrópolis, Vozes, 343 p.
- FEATHERSTONE, M. 1990. *Global culture: nationalism, globalization and modernity*. London, Sage, 411 p.
- FLORES, R. 1999. *Remembering the Alamo: memory, modernity and the máster symbol*. Austin, University of Texas Press, 185 p.
- FREY, A. 2014. Ativismo coletivo e descolonização midiática: uma análise da produção audiovisual indígena na América Latina e Australásia. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, 10(21):41-54.  
<https://doi.org/10.20952/revtee.v10i21.6331>
- GELNNER, E. 1981. *História do Pensamento Antropológico*. Lisboa, Edições 70.
- GEERTZ, C. 1989. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, LTC-Livros Técnicos e Científicos Editora, 324 p.
- GOLDSTEIN, I.S. 2012. Autoria, autenticidade e apropriação: reflexões a partir da pintura aborígene australiana. *RBCS*, 27(79):81-106.  
<https://doi.org/10.1590/s0102-69092012000200006>
- GUZMÁN, E.M.A.-C. 2012. Vida ritual y efectos culturales de la globalización en una población nahua. In: P. GIASSON (org.), *Brincando fronteras: creaciones locales mexicanas y Globalización*. México (DF), Conaculta, p. 171-214.
- HABERMAS, J. 1999. *Teoría de la acción comunicativa*, vol. I. Madrid, Taurus, 2 vols., 518 p.
- HUNTINGTON, S.O. 1997. *O Choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro, Objetiva, 792 p.
- HALL, S. 1997. The centrality of culture: notes on the cultural revolutions of our time. In: K. THOMPSON (ed.), *Media and cultural regulation*. London/Thousand Oaks, Milton Keynes/Sage Publications/Open University, p. 207-238.
- HEILBRON, J.; SAPIRO, G. 2007. Outline for a sociology of translation. Current issues and future prospects. In: M. WOLF; A. FUKARI (eds.), *Constructing a sociology of translation*. Philadelphia/Amsterdam, John Benjamins Publishing, p. 93-108. <https://doi.org/10.1075/btl.74.07hei>
- HEINICH, N. 1991. *La Gloire de Van Gogh. Essai d'anthropologie de l'admiración*. Paris, Éditions de Minuit, 257 p.
- HELLER, A.; FEHÉR, F. 1998. *A condição política pós-moderna*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 239 p.
- HERNÁNDEZ, J.C. 2005. Patrimônio e Globalização: o caso das culturas alimentares. In: A.M. CANESQUI; R.W.D. GARCIA (org.), *Antropologia e Nutrição: um diálogo possível*. Rio de Janeiro, Editora FIOCRUZ, p. 129-145.
- HUYSEN, A. 2014. *Culturas do Passado-Presente: modernismos, artes visuais, políticas de memória*. Rio de Janeiro, Contraponto/MAR, 216 p.
- HUTCHEON, L. 1991. *Poética do pós-moderno: história, teoria, ficção*. Rio de Janeiro, Imago, 330 p.
- LASH, S.; URRY, J. 1994. *Economies of signs and space*. London, Sage, 360 p.
- LIPOVETSKY, G.; SERROY, J. 2015. *A Estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista*. São Paulo, Cia das Letras, 468 p.
- LIPOVETSKY, G.; SERROY, J. 2011. *A cultura-mundo: resposta a uma sociedade desorientada*. São Paulo, Cia das Letras, 208 p.
- LUHMANN, N. 1998a. Por que uma 'teoria dos sistemas?' In: C.B. NEVES; E.M.B. SAMIOS (orgs.), *Niklas Luhmann: a nova teoria dos sistemas*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, Goethe-Institut/ICBA, p. 37-48.
- LUHMANN, N. 1998b. *Complejidad y modernidad: de la unidad a la diferencia*. Madrid, Trolfa, 260 p.
- MCCAUGHAN, E.J.; FUNCK, S.B. 2003. Navegando pelo labirinto do silêncio: artistas feministas no México. *Estudos Feministas*, 11(1):89-112. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2003000100006>
- MARCUS, G. 1991. Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial. *Revista de Antropologia*, 34(1):197-221.
- MARINHO, T. 2013. A economia criativa e o campo étnico-quilombola: o caso Kalunga. *Ciências Sociais Unisinos*, 49(3):237-252.  
<https://doi.org/10.4013/csu.2013.49.3.03>
- MATO, D. 2003. Actores sociales transnacionales, organizaciones indígenas, antropólogos y otros profesionales en la producción de representaciones de 'cultura y desarrollo'. In: D. MATO (coord.), *Políticas de identidades y diferencias sociales en tiempos de globalización*. Caracas, FACES, p. 331-354.
- MARX, K.; ENGELS, F. 1974. *A ideologia alemã*, Vol. I. Lisboa/São Paulo, Editorial Presença/Martins Fontes, 422 p.
- MELÉ, P. 1998. Sacralizar el espacio urbano: el centro de las ciudades mexicanas como patrimonio mundial no renovable. *Alteridades*, 16(8):11-26.
- MICHETTI, M. 2015. *Moda brasileira e mundialização*. São Paulo, Anna-blume/FAPESP, 286 p.

- MIRA, M.C. 2009. Sociabilidade juvenil e práticas culturais tradicionais na cidade de São Paulo. *Sociedade e Estado*, 24(2):563-597.  
<https://doi.org/10.1590/S0102-69922009000200009>
- MONTERO, P. 2006. Tendências da pesquisa antropológica no Brasil. In: P. GROSSI; A. TASSINARI; C. RIAL (orgs.), *Ensino de Antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além fronteiras*. Blumenau, Nova Letra, p. 37-58.
- MONTERO, P. 1992. *Modernidade e Cultura. Para uma Antropologia das Sociedades Complexas*. São Paulo, SP. Tese de Livre Docência. Universidade de São Paulo.
- MORETTIN, E.V. 2015. A cultura cinematográfica nas exposições universais: modernidade e tradição na Paris de 1925. *Galaxia*, 30:48-59.  
<https://doi.org/10.1590/1982-25542015222289>
- MUNIZ Jr, J. de S.; OLIVEIRA, L.A. 2015. Literature from the Periphery of São Paulo at the Buenos Aires International Book Fair. *The Journal of Arts Management, Law, and Society*, 45(2):119-133.  
<https://doi.org/10.1080/10632921.2015.1043417>
- NICOLAU NETTO, M. 2014. *O discurso da diversidade e a world music*. São Paulo, Annablume/ FAPESP, 286 p.
- OLIVEIRA, M.P. 2006. O retorno à cidade e novos territórios de restrição à cidadania. In: M. SANTOS; B. BECKER (orgs.), *Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial*. Rio de Janeiro, Lamparina, p. 171-196.
- ORTIZ, R. 2015. *Universalismo e diversidade*. São Paulo, Boitempo, 176 p.
- PECH, C. 2012. Documentar el sentido de sí. Políticas de representación de 'mujeres reales' en el videográfico mexicano. In: P. GIASSON (org.), *Brincando Fronteras: creaciones locales mexicanas y globabización*. México (DF), Conaculta, p. 278-310.
- POLANYI, K. 2000. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro, Campus, 337 p.
- RAUD, C. 2007. Bourdieu e a nova sociologia econômica. *Tempo Social*, 19(2):203-232. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702007000200008>
- REINHEIMER, P. 2013. Objetos e processos: de testemunho objetivo de uma realidade interior a agentes de transformação subjetiva. In: P. REINHEIMER; S.P. SANT'ANNA (orgs.), *Manifestações artísticas e ciências sociais: reflexões sobre arte e cultura material*. Rio de Janeiro, Folha Seca, p. 54-71.
- ROSZAK, T. 1972. *A contracultura: reflexões sobre a sociedade tecno-crática e a oposição juvenil*. Petrópolis, Ed. Vozes, 301 p.
- SAID, E. 2003. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo, Cia das Letras, 352 p.
- SHOHAT, E.; STAM, R. 2006. *Crítica da imagem eurocêntrica*. São Paulo, Cosac Naify, 528 p.
- SILVA, A.L. 2014. Devocão cultural nos grupos de devocão popular: a batalha cultural dos moçambiqueiros paulistas. In: E. FARIA; C. MIRA (orgs.), *Faces Contemporâneas das Culturas Populares*. Jundiaí, Paco, p. 139-162.
- SIMMEL, G. 1977. *Philosophie de l'argent*. Paris, PUF, 672 p.
- STRATHERN, M. 2013. *Fora de contexto: as ficções persuasivas da antropologia*. São Paulo, Terceiro Nome, 160 p.
- TAKEUTI, N.M. 2010. Refazendo a margem pela arte e política. *Nómadas*, 32:13-26.
- TAYLOR, C. 1994. *La ética de la autenticidade*. Barcelona/Buenos Aires/México, Paidós, 152 p.
- TAYLOR, D. 2013. *O arquivo e o repertório: performance e memória cultural na América*. Belo Horizonte, UFMG, 430 p.
- VICENTE, E. 2009. Economia do patrimônio. In: C. FORTUNA; R.P. LEITE (orgs.), *Plural de cidades: novos léxicos urbanos*. Coimbra, CES, p. 225-244.
- WAGNER, P. 2002. *Sociology of modernity: liberty and discipline*. London/New York, Routledge, 267 p.
- WALLERSTEIN, I. 2007. *Geopolítica y geocultura: ensayos sobre el moderno sistema mundial*. Barcelona, Kairós, 336 p.
- WEBER, M. 2006. *Sociologia das religiões*. Lisboa, Relógio D'Água, 364 p.
- WEBER, M. 1974. Rejeições religiosas mundo e suas direções. In: H. GERTH; C.W. MILLS (orgs.), *Max Weber: ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, p. 371-412.
- WILLIAMS, R. 2011. *Cultura e sociedade: de Coleridge a Orwell*. Petrópolis, Vozes, 384 p.
- YUDICE, G. 2004. *A Conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte, UFMG, 615 p.
- ZOLBERG, V. 2008. Capital criativo em um mundo global: as artes, a mídia e o futuro das cidades. In: M.L. BUENO; L.O. de L. CAMARGO (orgs.), *Cultura e Consumo: estilos de vida na contemporaneidade*. São Paulo, Senac, p. 41-68.
- ZENI, B. 2004. O negro drama do rap: entre a lei do cão e a lei da selva. *Estudos Avançados*, 18(50):225-241.  
<https://doi.org/10.1590/S0103-40142004000100020>

Submetido: 24/10/2016

Aceito: 25/03/2017